

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 17

10 de setembro de 2020

(17:23 h – 18:57 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça, ex-Presidente da Junta de Freguesia da Graça – Pedrógão Grande

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

João Gouveia (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 23 minutos.

A nossa reunião de hoje destina-se a ouvir o Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça, na qualidade de ex-Presidente da Junta de Freguesia da Graça – Pedrógão Grande, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas votado pela Comissão.

Dou as boas-vindas ao Sr. Presidente. Nós temos aqui o bom ou mau hábito de acabar a chamar presidente mesmo a quem é ex-presidente. Quem o é fica para sempre, por isso não se ofenda se por diversas vezes assim for.

Embora isso conste da convocatória, esclareço-lhe que os nossos trabalhos decorrem no seguinte modo: uma primeira ronda de 8 minutos por cada grupo parlamentar no modelo de pergunta/resposta; uma segunda ronda de intervenções de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com resposta global no fim – e dir-lhe-ei que depois tenha o cuidado de reunir as questões, porque são muitas; e, se necessário, uma terceira ronda com os grupos parlamentares a intervir durante 3 minutos cada um e, eventualmente, se necessário e se assim for solicitado, uma intervenção de 2 minutos a qualquer um dos Srs. Deputados.

Entretanto, também, faz parte do nosso modelo uma intervenção inicial do nosso depoente, caso o queira, no máximo de 15 minutos, um pouco para enquadrar o seu conhecimento sobre o assunto.

Por isso mesmo, começo por lhe perguntar se pretende usar da palavra numa intervenção inicial ou se damos início imediato à audição.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça** (ex-Presidente da Junta de Freguesia da Graça – Pedrógão Grande): — Vou usar da palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Como ficaria bem depois da receção que me foi feita, agradeço e cumprimento todos os Srs. Deputados, dizendo boa tarde e esperando que os trabalhos decorram bem.

Espero tentar responder o máximo possível ao que me vai ser solicitado, ainda que, para mim, nesta fase, não me seja muito fácil, porque depois de três anos passados, quem viveu intensamente essa situação e tentou ir arrumando um pouco na sua cabeça o que se passou, o que não foi fácil, ter de repetir tudo novamente.

O Sr. **Presidente**: — Não ignoramos que falar do assunto é revivê-lo e, por isso mesmo, valorizamos ainda mais a sua presença e o seu depoimento, que agradecemos novamente.

Vamos dar início à audição, começando por dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Oliveira do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Joaquim Graça, permita-me que, em primeiro lugar, possa saudá-lo e, na sua pessoa, os autarcas de freguesia – aliás, não fosse eu um autarca também para ter uma noção clara do que é o trabalho que faz e que teve oportunidade de fazer durante muito tempo.

Por isso, queria cumprimentá-lo e deixar bem claro que o PSD requereu potestativamente esta Comissão de Inquérito com o intuito de apurar a verdade e com respeito às vítimas. É importante salvaguardar isto,

porque em momento algum esteve em causa a honorabilidade da população da região – aliás, como disse, sou do distrito de Leiria, sou autarca, portanto, dificilmente aceitaria algo do género.

O objetivo desta Comissão é bem claro: apurar as responsabilidades e corrigir questões que tenham sido incorretas, para evitar situações idênticas no futuro.

Sendo a sua freguesia – e como disse o Sr. Presidente da Comissão há pouco, «presidente de junta uma vez, presidente sempre» – predominantemente rural, gostaria de começar pelo facto de o Governo na altura ter alocado 58% do valor total do Fundo REVITA para a agricultura, o que, convenhamos, me parece ser um pouco estranho, até porque 70% desse Fundo era proveniente de entidades privadas, instituições privadas e, neste caso, o Governo ter-se-á demitido da sua responsabilidade de o fazer pela via do Orçamento do Estado.

Concorda comigo nesta matéria? Deveria, o Ministério da Agricultura, ter assegurado estes apoios?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça: — Se bem entendi a questão... A freguesia é realmente rural, 100% rural. No entanto, a agricultura que se pratica na nossa freguesia e em quase toda aquela região não é uma agricultura tão intensa. Todos nós, e eu também, temos o nosso quintalinho, onde vamos cultivando algumas coisas para casa.

Na altura, lembro-me perfeitamente, houve três tipos de apoio: o primeiro, até 1000 e qualquer coisa euros, destinado a repor a produção das árvores, como é o caso da oliveira, das árvores de fruto, das videiras, repondo uma perda de dois, três anos; depois, houve um subsídio até aos 5000 €, em que quase toda a gente se tentou refugiar; e depois para os valores que

ultrapassassem os 5000 € as pessoas teriam de apresentar uma candidatura, tinham de ir às Finanças coletar-se, havia uma série de burocracia, e as pessoas, como sabemos, tentam fugir um pouco da porta das Finanças, porque fica lá sempre qualquer coisa nosso e as pessoas fugiram um pouco de lá.

Até tenho conhecimento de algumas pessoas que, inicialmente, deram a sua relação de prejuízos e depois voltaram lá a alterá-la para diminuírem os valores abaixo dos 5000 €.

Entretanto, todos os projetos que avançaram, que não teriam sido assim tantos, não sei quantos foram na minha freguesia, eram de pessoas já com alguns prejuízos.

Voltando àquele valor até aos 5000 €, se calhar, até havia alguns que ficaram sem alfaias agrícolas, sem motosserras, sem motocultivadoras, sem aqueles tratores que agora se vão utilizando e que as pessoas das zonas rurais conhecem, que são aqueles tratores que foram importados do estrangeiro, vêm sem matrícula e que eram comprados na casa dos 4000 €, 5000 €, e que as pessoas ficaram sem eles, porque também não havia muito comprovativo, documentação, desse tipo de equipamentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Oliveira, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já me falou dos apoios dos 1053 € até aos 5000 € e daqueles que eram do PDR, os tais superiores a 5000 €, e que, de facto, houve pouca gente a concorrer.

Já percebi também que não tem a noção de quantos terão concorrido,...

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não, não sei bem.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — ... mas deixe-me colocar-lhe mais uma questão.

Também havia apoios, nomeadamente o VITIS (Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha) e a linha de crédito para o parqueamento da madeira queimada e resinosas. Sabe dizer-me se também houve apoios na sua freguesia para estes dois programas?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Desconheço perfeitamente que tenha havido apoios nessa área, pelo menos na minha freguesia não houve nenhum parque de madeiras. Sei que já na parte final da saída daquela grande massa de corte de árvores foi instalado um parque em Figueiró dos Vinhos, que recebia, logicamente, dos três concelhos ali à volta. Mas isto foi já após a saída da maior parte das madeiras dos terrenos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O Relatório da Direção-Geral do Ministério de Agricultura e Pescas do Centro apontava para uma estimativa de custo de 3,2 milhões de euros para o restabelecimento do potencial produtivo da freguesia da Graça.

Ora, sabendo que o total do REVITA para o efeito, em todos os concelhos abrangidos e, portanto, não só em Pedrógão Grande, foi de 3,4 milhões de euros, acrescentando os prejuízos pela morte dos animais, das necessidades de alimentação, considera que o Estado apoiou devidamente os agricultores e produtores agrícolas na sua freguesia? Os fundos foram suficientes?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Posso dizer que esse processo foi algo precipitado.

Estou a recordar-me perfeitamente de que recebi indicações – se a memória não me falha –, creio que foi numa sexta-feira ao fim do dia, de que na segunda-feira de manhã estariam técnicos da Direção Regional da Agricultura, alguns de Castelo Branco, outros de Coimbra, nas instalações da junta de freguesia para fazerem o levantamento de todas as perdas.

Ora, esta informação era difícil de fazer chegar a todos os agricultores, às pessoas que tinham necessidade de recorrer. E lembro-me de que na sexta-feira à noite fomos ao computador fazer uma convocatoriazinha e foi o tesoureiro da junta que, no sábado e no domingo, andou porta a porta a entregar um papelinho a cada pessoa para que ninguém perdesse a oportunidade de poder fazer a sua candidatura.

Mas aconteceu que uns não estavam em casa, estavam ausentes – ainda que o papelinho tivesse ficado na caixa do correio –, tinham saído, tinham ido visitar os filhos, outros, apesar de manterem alguma agricultura, vivem em Lisboa, em Coimbra, em Leiria, em Tomar, estão ali próximo e de quinze em quinze dias vão lá e vão mantendo o seu olival, a sua vinha, com alguma ajuda de familiares no local, e não tiveram oportunidade de se candidatarem.

Mais tarde tive conhecimento de que alguns ainda conseguiram, candidatar-se por *e-mail* para Coimbra. Acho que foram bastante acessíveis e ainda receberam algumas candidaturas tardias, mas ainda as receberam.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tendo havido também empresas que foram afetadas pelo incêndio, quer na totalidade quer parcialmente, pergunto-lhe se houve empresas, na freguesia da Graça, que tenham tido apoio para a sua recuperação.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Eu fiz aqui uma cabulazinha, deduzindo que talvez fosse questionado com essa situação, para tentar dar um esclarecimento o melhor possível.

Na freguesia da Graça temos a Enerpellets, que é uma empresa de alguma dimensão e que está instalada na zona industrial; a Furbatral, que é uma empresa de matérias de construção, de corte de madeiras, que também teve um prejuízo muito avultado; a Atron, de oficinas e combustíveis; a Carvalho, que é de corte de madeiras, proprietários florestais já de alguma dimensão; um lagar de azeite, que teve uma perda total, foi completamente reconstruído; a Fernandes & Fernandes, que é uma serração de madeiras, também teve prejuízos avultados, mas, felizmente, todos eles estão a trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se estiver errado, depois corrija-me: o levantamento de todos esses casos foi acompanhado pela junta? Mas o Governo criou, na altura, uma comissão para atribuir os apoios às empresas no âmbito do Portugal 2020. Sabe quem geria esse processo? A freguesia também foi chamada a esse processo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não faço ideia de quem dirigiu todas estas candidaturas. Não sei por onde passaram e também nunca fui ouvido rigorosamente em nada. Nunca fiz parte de nenhuma reunião onde fossem tratados esses assuntos.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me se as empresas – aliás, na altura foram anunciados tantos apoios por parte do Governo – que foram sinalizadas tiveram ou não apoio e se foram reconstruídas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não posso garantir que tenham recebido apoio nem posso garantir qualquer valor que tenham recebido. O que constatei foi que realmente a recuperação foi feita e estão a trabalhar. Onde eles conseguiram o dinheiro, não sei, deduzo que tenha havido alguns apoios para essas situações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A Lei n.º 108/2017, estabeleceu medidas de apoio às vítimas dos incêndios de 2017, entre as quais o acompanhamento gratuito pelo SNS (Serviço Nacional de Saúde), a gratuidade de medicamentos, entre outras.

A pergunta é: houve este tipo de apoios na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Infelizmente, houve. E digo infelizmente, porque penso que entendem perfeitamente o que quero dizer: se estes apoios existem é porque alguém teve danos físicos. Houve alguns casos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faz favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sendo um homem que, naturalmente, conhece bem a sua freguesia, tem uma ideia mais ou menos de quantos agregados familiares foram vítimas do incêndio?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não o quero induzir em erro. Não posso dizer com precisão, porque qualquer número que eu dissesse, nesta altura, não estaria correto. Portanto, prefiro não avançar com números. Se esta questão me tivesse sido posta há três anos, respondia-lhe com perfeita exatidão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe quantas casas foram afetadas pelos incêndios, quantas foram reconstruídas e quantas estão por reconstruir?

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Penso que todas as casas estarão, mais ou menos, reconstruídas, mas também é uma matéria que deixei de acompanhar de perto. Quer parecer-me que estarão, mais ou menos,

reconstruídas. Há casos que estão parados, penso que por ordem do tribunal, mas lá chegará o seu tempo de continuarem ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Em Pedrógão Grande, o Fundo REVITA apenas serviu para cobrir a recuperação de primeiras habitações ou também permitiu recuperar ou reconstruir anexos, barracões e segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Ora bom, aí é que está a dificuldade que uma pessoa tem em avaliar estas situações. Agora, até onde foi...? Ou, por outra, se me permitem, sendo mais fácil para mim, e que foi sempre o que todos nós ouvimos falar, será sobre a primeira e a segunda habitação que falaremos.

Sobre as primeiras habitações, creio que o assunto está concluído. Poderá haver alguma situação pontual, que desconheço.

Quanto às segundas habitações, sim é do conhecimento de todos nós que houve alguns casos que talvez não devessem ter avançado. Felizmente, na minha freguesia não foi assim tanto como parece. Creio que não será um grande erro se falar em quatro, cinco casas, não mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tem conhecimento de casos de segundas habitações, nomeadamente abandonadas ou em ruínas, que tenham sido tratadas como primeiras habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sim, o que eu já disse há bocadinho e é do domínio público. Mas isso não interessa aos Srs. Deputados, interessa o que eu digo e não o que está sob o domínio público: há lá algumas situações que estão paradas, porque creio ter sido o tribunal, penso eu... Eu passo perto delas, vejo as obras paradas há muito tempo, alguém as mandou parar. Também nunca me preocupei em perguntar porquê.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Ora, se existiam casos desses, considera que prejudicaram quem realmente precisava de ajuda imediata?

E digo isto porque acho que deve ficar bem claro que o PSD não questiona os apoios às segundas habitações, até porque elas são fundamentais para aquilo que é o desenvolvimento da região. O que o PSD questiona é algo bem diferente: é o facto de algumas segundas habitações terem sido classificadas como primeiras e este tipo de classificação, como compreende, pode ter colocado algum entrave e alguma dificuldade àquelas pessoas que mais precisavam e aos mais carenciados.

Portanto, pergunto-lhe: acha que houve quem ficasse prejudicado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não sei se alguém ficou prejudicado por causa dessas habitações, as chamadas segundas habitações, que, eventualmente, tenham sido reconstruídas.

É importante – e o Sr. Deputado acabou de o dizer –, é muito, mas muito importante, a segunda habitação para a nossa freguesia.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Estou a falar da minha freguesia, mas até poderia falar da importância para o concelho. E porquê? Porque entendo que a segunda habitação, tal como já há bocado falei em termos da agricultura, é da pessoa que vive em Lisboa, em Coimbra, em Tomar, que vive fora do concelho, mas que, quase todas as semanas, lá está à sexta-feira à noite – se não é todas as semanas, é de 15 em 15 dias –, lá tem o seu quintal, tem a sua casa, vai lá passar parte das suas férias e para ali se desloca com regularidade. Para mim, esta segunda habitação é muito, mas muito, importante.

Aquela possível segunda habitação – e não sei se existiu ou não – que estava sem telhado há alguns anos e, se calhar, com árvores já a crescerem lá dentro, para mim, isso não é uma segunda habitação; para mim, isso é um mono que já devia ter desaparecido. Se calhar, até seria bom que fosse criado um apoio para estas zonas se livrarem dos monos que lá têm, que têm um mau aspeto, terrível, que ninguém liga e com o risco de caírem e de provocar acidentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pedia-lhe que esclarecesse bem essa questão que colocou agora. É importante percebermos exatamente aquilo que nos quer dizer sobre a casa de que nos falou.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Eu não falei em nenhuma casa. Falei na possibilidade de alguma ter sido feita, reconstruída, nessas condições... Eu não disse «uma casa»; eu disse «não sei se alguma foi...». E isso, para mim, não é uma segunda habitação. Isso são aqueles monos que há por lá e que é bom que se consigam retirar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Na peça da TVI, *Casas da Vergonha*, e depois, também, nos relatórios do IHRU (Instituto da Habitação e da Reconstrução Urbana), há 11 casas que são da freguesia da Graça. Vou escusar-me de apresentar os 11 casos, um a um, porque seria exaustivo.

Tem conhecimento exato dessas situações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não, dos 11 casos não tenho. Se calhar, podia ter-me socorrido um pouco desses trabalhos que foram feitos pelas televisões, mas, por questões de trabalho, não me foi possível. Não acompanhei nenhum deles. Não sei!

Daquilo que conheço visualmente, sei que há lá quatro, cinco casas. Não sei se nessas 11 estará quantificado o caso de um indivíduo, que até posso dizer que é o dono de uma empresa de que falei aqui, a Furbatral, que se tinha candidatado a uma pequena reconstrução, e quando foi levantado esse problema, desistiu e retirou a candidatura.

Portanto, não conheço essas situações na totalidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Eu presumo, e posso estar errado, que houve uma classificação incorreta de muitas dessas situações como primeiras habitações.

Sabe dizer-me, no seu entendimento, quem foi o responsável por esta classificação?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Olhe, as primeiras reuniões que se fizeram no município de Pedrógão Grande, logo nos primeiros dias após o incêndio – creio que ao terceiro dia, penso eu –, estava muita gente no terreno. E quando digo gente, eram militares, era a segurança social, eram as autarquias, era tudo. Era muita gente a sentar-se à mesa. E quem chegou lá – permitam-me falar assim, no meu português – foi uma pessoa que hoje faz parte do Governo, a Dr.^a Ana Abrunhosa, e que pôs um bocado de rumo naquelas reuniões e foi ela que ajudou muito a resolver muitas situações.

O que eu ouvi – não me pergunte da boca de quem, que não me lembro – foi que para as casas poderem ser consideradas como primeira habitação, teriam de ter água e luz com consumos médios nos últimos meses. Creio que mais tarde essa situação foi um pouco ultrapassada. Quem tomou essa decisão, quem fez as avaliações, não me pergunte, porque não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Em dezembro de 2017, o Orçamento do Estado previu a possibilidade de os municípios poderem criar regulamentos municipais para atribuir apoios à reconstrução das habitações não permanentes, nesse caso, as segundas habitações.

Confesso que não terei, por certo, só uma dúvida, terei mais. Mas, na sua opinião, haveria alguma expectativa de que o REVITA também contemplasse, então, a reconstrução total das habitações a 100%, para além do que estava previsto? Na população havia esta previsão ou, pelo menos, esta expectativa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Como já disse anteriormente, eu, após ter saído da junta de freguesia, dediquei-me à minha vida profissional, que me dá que fazer, e descurei um pouco o acompanhamento destas situações.

Já agora, Sr. Deputado, vai-me desculpar e vai lembrar-me a sua pergunta, porque tive uma branca...

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A minha pergunta tem a ver com o facto de ter sido publicado o regulamento de apoio às segundas habitações.

Eu gostaria de saber se havia expectativa por parte da população de, no âmbito do REVITA, puderem ter apoio para as segundas habitações.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sim, em conversa de rua com as pessoas, havia algumas que teriam a expectativa de que fosse tudo reconstruído... As verdadeiras segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O município aprovou o regulamento para as segundas habitações. Sabe dizer-me qual era a participação do município para os proprietários de habitações não permanentes?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não tenho presente o valor, mas sei que o município tinha recebido um valor em donativos que estava numa conta que esteve aberta e que se manteve até há uns meses com a intenção de recuperar algumas habitações ou alguns barracões.

Creio que, por alguma pressão que tenha havido, não sei de que parte, esse dinheiro foi, penso, entregue ao REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Presumo também que, mesmo neste regulamento para a identificação das segundas habitações, terá havido o envolvimento da junta de freguesia. Pergunto: sabe quantos proprietários é que se podem ter candidatado? Haverá ou não segundas habitações que foram reconstruídas a custo dos próprios, ou seja, sem sequer conseguirem ter algum apoio, tendo em conta que não podiam estar à espera dos apoios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não serão assim tantas as habitações que tenham sido reconstruídas, mas algumas sim, algumas foram.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E há casos de segunda habitação que, por falta de apoio, tenham ficado devolutas ou abandonadas?

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sim, há alguns casos de habitações que estão em vias de ficar devolutas.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tem conhecimento de pessoas que tenham abandonado a freguesia em consequência dos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Nós somos já tão poucos... Nós somos já tão poucos, que era mau que isso acontecesse. Não estou a ver nenhum caso, para além do dos jovens. Também tenho dois filhos que saíram, que tiveram de ir procurar vida fora, pois não tinham possibilidades de a ter lá, mas não... Entre os jovens é possível que tenha acontecido uma situação ou outra e que tenham abandonado a freguesia, mas as pessoas de mais idade não estou a ver.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Parece-me óbvio mas gostava de ouvir a sua opinião sobre o seguinte: a dotação que o Estado previa no REVITA para dar resposta às necessidades foi suficiente,

nomeadamente considerando as segundas habitações que ficariam de fora daquela que era a proposta?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não posso pronunciar-me, porque não acompanhei esses processos e, por isso, não posso pronunciar-me sobre valores.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E, porque infelizmente tivemos esta tragédia e devemos tirar as ilações e precavermo-nos para o futuro, pergunto-lhe: depois do incêndio sabe que medidas é que foram adotadas para o reforço do combate aos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Para além das sessões de esclarecimento que foram feitas nas juntas de freguesia, chamando a atenção da população para os riscos dos incêndios, e para além da tentativa de abertura das chamadas «faixas de contenção» não estou a ver outras medidas que tenham avançado.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Presumo também que não foram contratados mais recursos humanos, mas sabe dizer-me se o dispositivo especial de combate a incêndios florestais foi reforçado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Mas, qual dispositivo? Os bombeiros?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Exato!

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não faço ideia! Realmente, lamento muito, porque me merecem todo o respeito e de nós todos, mas nunca estive ligado aos bombeiros.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado,

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Posso dizer que foram oito minutos muito bem aproveitados em número de perguntas.

Passo, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Joaquim Graça a sua disponibilidade para prestar declarações nesta Comissão de Inquérito,

manifestar a total solidariedade do BE para com a população de Pedrogão Grande e da região face aos acontecimentos trágicos que ocorreram e que ainda hoje pesam bastante na população local e no País.

Quero, ainda, lamentar que a política pública tenha sido insuficiente para evitar a tragédia que ocorreu e que não tenha, ainda nos dias de hoje, ocorrido uma mudança estrutural da política florestal que garanta uma diversificação e uma maior resiliência da floresta assim como o apoio necessário aos proprietários florestais para reconstruir as áreas ardidadas num modelo diferente daquele que tínhamos, porque só isso justifica a situação atual em que se encontram os campos ardidados e a floresta a nível local.

Feito este aparte, quero questioná-lo sobre de que forma aprecia o processo de atribuição de fundos públicos quer para a reconstrução de habitações quer para reposição do potencial produtivo. Identifica, em algum momento, a atribuição indevida de apoios? Perante a insuficiência dos apoios que foram atribuídos, onde é que estão as principais falhas? O que faz falta para reconstruir o que está por reconstruir?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não creio que tenha havido falhas na atribuição desses subsídios para a recuperação da agricultura.

Se se pecou foi por esses apoios serem pequenos, porque os técnicos da agricultura estiveram no terreno e, ainda que, inicialmente, as candidaturas fossem todas feitas um pouco à pressa, ninguém recebeu apoios sem os técnicos passarem no terreno.

Eu posso dizer-lhe que a mim também me arderam oliveiras e outras árvores, mas só me candidatei às oliveiras, e foi verificado no local se elas tinham ou não ardido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Joaquim Graça, já foram colocadas várias questões que eu tinha para lhe colocar, pelo que não faz sentido repetir perguntas.

Assim, termino a minha intervenção, agradecendo a sua presença.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passamos ao Grupo Parlamentar do PCP, dando a palavra ao Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça e agradecer-lhe todos os esclarecimentos que já aqui prestou a forma muito lúcida como aqui nos deu aqui o retrato do drama que a população viveu e continua a viver, tendo em consideração que os seus efeitos estendem-se muito mais além daqueles dias em que se registou uma perda irreparável não só de bens materiais mas, principalmente, de vidas humanas.

De facto, não podemos esquecer o que aconteceu naquela fatídica tarde, o que lamentamos. Aliás, todos nós lamentamos, mas temos de passar da fase do lamento para a da necessidade de uma intervenção ajustada às perdas que ocorreram, e, repito, muitas dessas perdas são irreparáveis.

Por mais que se tente, por mais que se queira, muitas dessas perdas serão irreparáveis; contudo, há perdas que poderiam ser, efetivamente, reparadas e a verdade é que, ao longo de, salvo erro, 13 audições, temos ouvido dizer por parte dos depoentes que ficou muito por apoiar.

Temos dito que foram as perdas que se ajustaram aos apoios e não o contrário, ou seja, os apoios é que deveriam ter sido ajustados às perdas que as pessoas tiveram.

A verdade é que as pessoas tiveram de recuar no valor daquilo que perderam, até declarando que perderam menos, para puderem ter acesso a alguma coisa, porque, de outra maneira, até poderiam ter ficado de fora dos apoios, pois candidatando-se às perdas reais de 12 000, 15 000, 17 000 ou 20 000 € perderiam o acesso àquela fatia entre os 1053 € e os 5000 €, e estou a falar do apoio à agricultura do Fundo REVITA.

Deixe-me dizer-lhe que, provavelmente, muitas pessoas neste País não sabem, mas o Fundo REVITA é constituído, única e exclusivamente, por donativos. Não há um cêntimo do Estado neste Fundo! Este Fundo é constituído, única e exclusivamente, por donativos e donativos institucionais. Para além disso, deveremos ter aqui em consideração que houve na agricultura apoios inferiores a 1053 €, que eram dados pela segurança social, e outros apoios que eram fundos europeus.

Quero falar-lhe de uma coisa que, creio, ainda não se falou aqui e que tem a ver com a perda do potencial produtivo. Tem-se falado muito, e o senhor já esclareceu, sobre a perda do potencial produtivo – aliás, o senhor teve perda de potencial produtivo e, de alguma forma, ainda que com perda, isso foi repostado, pois a uma oliveira deram-lhe o valor de uma oliveira, mas uma oliveira desde que é plantada até que venha a produzir, e é disto que ninguém fala, demora tempo e isso leva a uma perda de rendimento.

Assim, queria perguntar-lhe se conhece pessoas que tiveram essa perda de rendimento. É que uma oliveira até que ela volte a produzir a mesma quantidade de azeitona que produzia anteriormente leva uns quatro anos, uma ovelha bordaleira, ou outra que seja, até produzir a mesma quantidade de leite que produzia leva três ou quatro anos... Enfim...! Quem foi alvo desta perda de rendimento, alguma vez foi apoiado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Essa perda de rendimento, em todas essas candidaturas que foram feitas até aos 5000 €, nunca foram cobrir os prejuízos que as pessoas tiveram.

Eu posso, se me é permitido, dar-lhe o meu exemplo: eu tinha oliveiras e produzia azeite para mim e para os meus filhos, que têm a casa deles, e todos os anos eu lhes dava o azeite... Recebi oitocentos e qualquer coisa euros de perda de potencial do azeite. Dei-lhes o azeite, na mesma, em 2017, dei-lhes em 2018 e dei-lhes em 2019, assim como vou dar-lhes em 2020, mas ainda não tenho as minhas oliveiras a produzir. Aliás, neste ano, já vão produzir alguma coisa, mas eu, nestes três anos, comprei o azeite e dei-o aos meus filhos e talvez tenha gasto, para nós os três, na casa dos 600 €, por ano, para comprar o azeite, para mim e para eles.

Creio que respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Estava a falar precisamente de uma parte que seria fundamental e da mais elementar justiça que tivesse sido coberta, ou seja, que tivesse sido avaliada a produção que cada pessoa, com base no histórico, poderia ter tido.

O PCP apresentou esta proposta várias vezes, mas foi rejeitada. Seria da mais elementar justiça que quem perdeu a possibilidade de ter rendimento, durante alguns anos, a pudesse ter visto reposta, mas não houve vontade política para se resolver esse problema.

Depois, ainda relativamente à situação da agricultura, o Sr. Presidente, já aqui disse que não conheceu ninguém que tivesse abandonado o território, pelo menos de entre as pessoas com mais tempo de vida no território.

Nós percebemos e sabemos que as gentes destes territórios têm de ser resilientes, com a capacidade de responder positivamente a estas

adversidades. Percebemos que sim, mas, quanto ao abandono da atividade agrícola produtiva, conhece alguém que tenha abandonado essa atividade?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sim. Há pessoas que abandonaram, alguns porque perderam a coragem, talvez. Outros, pela idade avançada, e algo influenciados, até, pelos filhos que procuraram vida fora da região e os levaram a abandonar essa atividade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Relativamente à floresta, percebemos a importância que ela tem para aquelas gentes. Muitas vezes, era nela que conseguiam ter algum rendimento que lhes permitia aceder a alguns benefícios, a ajudar filhos, até a ter, ali, no fundo, quase que o depósito de alguma capacidade económica para poderem, anos depois, retirar dali algum rendimento.

A verdade é que nós temos alertado para a situação de que o problema da floresta assenta também muito no rendimento. Sem rendimento, ninguém trabalha a floresta, ninguém faz gestão da floresta. Cuidar da floresta tem uma exigência muito grande e, nesse sentido, aquilo que conhecemos... Aliás, já visitei o território, pelo menos, umas três vezes e verifiquei que existe uma condição, neste momento, muito difícil, nomeadamente no que tem a ver com as espécies infestantes e com a proliferação de eucaliptos resultante dos incêndios.

Neste momento, qual é o sentimento das pessoas relativamente à possibilidade de voltar a... Porque retirar de lá um eucalipto com um ano, oito meses, é uma coisa; retirar um eucalipto com três anos requer um

investimento muito maior. Portanto, tendo em consideração a dimensão... Para já, qual é a dimensão, em termos da regeneração natural do eucalipto, que este está a ter no território? Como é que vê, em termos de apoios, ou de ausência deles, a possibilidade de se retirarem, dado que a exigência para se retirar os eucaliptos que estão na terra é, agora, cada vez maior?

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça: — Desde sempre que a floresta foi a ajuda... Era um mealheiro, se assim se pode dizer, das pessoas daquela zona e de outras nas mesmas condições.

Estamos a falar de propriedades de muito pequena dimensão, no caso da maioria delas. Estou a lembrar-me que existem ali centenas e centenas de propriedades com 500 m², com 600 m², com 1000 m², com áreas assim desta grandeza. A nossa zona tem muitas propriedades deste tamanho.

Depois, já há alguns proprietários, muito poucos, que já têm uns hectares, porque foram comprando esta propriedade, aquela e a outra e foram-nas juntando. Portanto, aqueles que têm a propriedade de pequena dimensão, esses perderam, perfeitamente, a coragem já, porque nada foi feito, por exemplo quanto às infestantes, onde temos o concelho a ser atingido, na totalidade, pelas acácias e temos a parte sul da minha freguesia com as áqueas e é terrível quando aquilo começa... E estão ali áreas já muito grandes com elas.

Portanto, a grande preocupação é por aí. Porque para aquele proprietário de maior dimensão, esperamos todos que eles não percam a coragem... Isto porquê? Porque esses investem para retirar produtividade da floresta. Eles investem anualmente: têm de meter máquinas no terreno, têm de fazer a adubação, têm de fazer a limpeza das árvores. E esses, infelizmente, vão perdendo a coragem. Ainda não foi há muitos dias que

estive a falar com um dos proprietários com mais significado, talvez, até no concelho – não é na minha freguesia, mas no concelho de Pedrógão – e ele disse-me: «É pá, não sei até quando vou continuar com isto, porque, realmente, ardeu-me tudo! Tive de vender isto tudo por valores terrivelmente baixos, porque se não, isto ia apodrecer tudo no ar, ia cair, ninguém a levava...». Depois, claro, vendeu com algum volume, porque tem muitos hectares de terreno, e, pronto, as finanças não lhe perdoaram quando ele entregou a declaração de IRS, levando-lhe mais uma fatia do rendimento, forçado, que teve. E pondera, nesta altura, em que começa a aparecer, também na nossa zona, a procura de terrenos com alguma dimensão para a instalação de painéis fotovoltaicos, começar, se calhar, a vender alguns terrenos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Considerando que as infestantes e a regeneração natural do eucalipto resulta dos incêndios, naturalmente que um apoio seria mais do que merecido. Pergunto-lhe: este problema das infestantes e da regeneração natural do eucalipto, sem apoios não se resolve. Concorda?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, concorda?

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Tem de haver ajuda, tanto monetária, como técnica, porque o proprietário tem dificuldade em lidar tanto com a acácia, como com as áqueas. Não é fácil lidar com essas infestantes. E não vamos falar sempre em dinheiro, dinheiro, dinheiro! Não é o dinheiro, é também o apoio técnico! Técnicos conhecedores da matéria, que vão para o terreno com eles e que os ensinem a dominar essas infestantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Com a paulatina degradação dos serviços do Ministério da Agricultura, sempre exigimos que houvesse um reforço dos serviços de apoio de extensão rural, de serviços técnicos de agricultura. Por isso, quero perguntar-lhe sobre os serviços públicos. Um território como este sem serviços públicos é mais uma razão para que as pessoas o abandonem ou, pelo menos, para que não vá lá mais gente residir e para que os que lá ficam, fiquem com muitas dificuldades porque não têm condições.

No que tem a ver com serviços públicos e tendo sido presidente da junta — a questão do apoio técnico agrícola, a questão dos serviços de saúde, a questão dos serviços de segurança, a questão, até mesmo, dos CTT, de outros equipamentos públicos que possam criar condições para que se retenham as pessoas no local —, que serviços estão em falta, que serviços deveriam já ter sido retomados ou que ameaças há de encerramento de alguns serviços públicos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Mais uma vez, volto a frisar que abandonei um pouco o acompanhamento de muitas das situações da freguesia e, neste caso, do concelho — falamos de serviços públicos, tratam-se de serviços do concelho e não da freguesia, que não tem dimensão para se discutir essa questão —, mas serviços que tenham saído do concelho, felizmente, ainda não houve. Não foram melhorados, mas também não saíram.

Agora, o que me preocupa, porque conheço, porque vou lá quando tenho necessidade e a família também, é a saúde. Felizmente, temos tido a

sorte de ter em Pedrógão, há muitos anos, médicos muito dedicados e sei que estarão lá desde há 34 e os 36 anos, qualquer um deles. Mas, se calhar estão à beira da reforma, e mal de Pedrogão Grande quando estes médicos saírem dali, porque estes médicos trataram os avós, trataram os pais, trataram os filhos e estão a tratar os netos, e quando estes dois médicos saírem de Pedrógão não sei o que vai ser de nós.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. João Dias (PCP): — Temos criticado muito o clima de suspeição que foi criado em redor das vítimas, porque as vítimas foram vítimas, não foram culpadas dos incêndios e criou-se um clima de que se teriam aproveitado de toda a situação, até com esquemas de malabarismo, para tentar ganhar com isso.

Já aqui nos falou da questão das segundas habitações, já deixou bem claro, até, que há segundas habitações que estão devolutas e quero deixar-lhe duas ou três questões relativamente a isso.

A primeira, tendo em consideração todo este clima de suspeição que foi criado, é se conhece alguém que tenha preferido ficar com a sua honra e com os prejuízos, abdicando de aceder a apoios a que poderia ter direito, mas que, levantado todo este clima de suspeição, tenha preferido ficar com perdas do que candidatar-se a esses apoios?

A segunda é se há, ou não, na população, não só da sua freguesia como do concelho, a ideia de que segundas habitações não teriam direito a apoios, porque houve um pouco essa ideia. A Lei n.º 108/2017 não diz que não têm direito, antes pelo contrário, a regulamentação do Fundo REVITA não exclui as segundas habitações desses apoios, mas verdade é que há segundas habitações que estão devolutas, há pessoas com segundas habitações, nalguns municípios em redor, em que as câmaras criaram mecanismos de

apoio, que preferiram não se candidatar, muito provavelmente para não serem metidos no mesmo bolo dos suspeitos que estariam a aproveitar-se da situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sem dúvida que há algumas pessoas que são exemplares nesse aspeto e que não recorreram a apoios nenhuns quando se começou a criar a confusão entre o tipo de habitação. E eles ficaram na deles e mantêm-se as suas casas por construir. Mas, como já disse ao Sr. Deputado, seu colega que agora não está na sala, havia inicialmente a ideia na população de que seriam todas reparadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra só mesmo para terminar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, são só 10 segundos.

O clima de suspeição pode ter contribuído para o facto de algumas das vítimas terem ficado sem apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Não sei concretamente, ou eu não estou a interpretar bem a questão que está a pôr.

Se, eventualmente, quando houve candidaturas para as segundas habitações e quando se levantou o problema a nível concelhio e a nível da região centro, onde foram os incêndios de 2017, algumas pessoas que estariam para avançar, tendo a noção de que as coisas não seriam tão claras como estariam a parecer, saíram fora das candidaturas.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Grupo Parlamentar do PS e ao Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente da Comissão, Caras e Caros Colegas Deputados, Caros membros dos serviços de apoio parlamentar e, como não podia deixar de ser, Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça, na qualidade de antigo presidente da Junta de Freguesia da Graça, concelho de Pedrogão Grande, o Grupo Parlamentar do PS agradece, cumprimenta e saúda as vossas presenças.

A propósito da sua condição de autarca importa sempre relevar, a título de breve nota justificativa, o convite a autarcas para que estejam presentes numa audição. Sabemos todos que, por norma, são os autarcas, porque acompanham e sentem, de forma muito próxima, o pulsar da população, que mais bem conhecem a realidade social do seu território.

Por isso, consideramos todos – quero acreditar que sem exceção – que ouvir os autarcas é um contributo fundamental e indispensável quando se pretende clarificar o que quer que seja num qualquer território. Seria imperdoável não ouvir os autarcas num qualquer fórum que tem o objetivo de apurar a verdade ou clarificar, ou, na prática, solicitar esclarecimentos.

Srs. Deputados, Sr. ex-Presidente da Junta de Freguesia da Graça, julgo que poderia tratá-lo por Sr. Joaquim Baeta, porque acho que é assim que o meu amigo gosta de ser tratado.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Sim, senhor!

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Conforme tem vindo a verificar-se de forma recorrente, temos considerado fundamental, no plano introdutório, a exposição clara de breves notas de enquadramento relativas a esta Comissão

Eventual de Inquérito Parlamentar. Concretizando, nunca é demais situar esta questão: esta Comissão resulta de uma iniciativa de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que requereram a sua constituição obrigatória, no quadro legal aplicado.

Esta Comissão de Inquérito tem um objetivo muito claro e inequívoco, como tenho dito sempre, que é o de apreciar a atuação do XXI Governo Constitucional, o anterior ao atual, no que toca à atribuição de apoios, na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017, para recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos públicos e privados e para a reposição do potencial produtivo. Este é seu o enquadramento e a sua razão de ser.

Entrando na audição propriamente dita, na questão das perguntas e do suscitar esclarecimentos, embora procurando não repetir questões já colocadas, como é óbvio, ainda assim parece-nos necessário e útil suscitar alguns esclarecimentos, designadamente de natureza complementar.

Sr. Joaquim Baeta, certamente acompanhou, por razões óbvias, de forma muito próxima – diria até que sentiu e viveu – a tragédia de junho de 2017, em que, de acordo com notícias que lemos então, em particular na sua freguesia, houve declarações que diziam que o fogo voava, que um tufão com fogo tudo varria.

O que lhe pergunto, para contextualizar, é se recorda o estado de espírito das pessoas, da ambiência social muito difícil, logo após a tragédia.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Joaquim Baeta.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Era uma questão à qual não queria responder e que não queria que me perguntassem.

Pausa.

Na madrugada de dia 18, percorri a minha freguesia, depois de ter ficado sem telefone durante a noite, onde me ia chegando a informação de que tinha morrido *A*, morrido *B*, morrido *C*, desaparecido o Manuel, o António, que não se sabia do...

Nessa madrugada, depois de tentar e de conseguir, felizmente, com a ajuda de vizinhos, pôr a minha casa a salvo também, percorri a minha freguesia, não sei se vou dizê-lo com o devido respeito que me merece, quase – perdoem-me se não é a palavra correta – tropeçando nos cadáveres. Portanto, imagine que...

Pausa.

Portanto, imagine que não será fácil para mim falar desta situação, mas faça favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Estamos esclarecidos, mas quero dizer-lhe que longe de mim e de qualquer um de nós a intenção de criar condições para reviver situações que, na prática, é difícil que algum dia as afastemos do nosso pensamento, quando por elas passamos, como o meu amigo terá passado.

Simplesmente, é importante que esta questão seja colocada até porque, pela sua reação, já percebemos todos qual era a ambiência social reinante, qual era o estado de espírito da população e qual o grau de dificuldade de, com essa ambiência, com essa falta de disposição, com esse desespero e descontrolo, poder fazer-se, no imediato, o que quer que fosse.

Ainda assim, como sabe melhor do que nós, logo após foi diligenciado e executado um conjunto de vários levantamentos, por várias entidades, não obstante até essa dificuldade do ponto de vista emocional. Pergunto de que forma a junta de freguesia acompanhou ou colaborou na realização desses levantamentos.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — A junta de freguesia não teve necessidade de acompanhar esses levantamentos, acompanhou sempre que foi solicitado. A secretária da junta, na altura a Eng.^a Sofia, esteve sempre disponível para acompanhar qualquer situação, uma vez que eu estava ocupado com outras ocorrências. Ela acompanhou principalmente a nível da saúde e da segurança social.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Joaquim Baeta, na sequência desses levantamentos, sensivelmente 15 dias depois do *terminus* dos incêndios, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 81-A, de 7 de julho, lembrar-se-á, determinou a criação do fundo REVITA.

Certamente, sabemos todos, pelos vistos alguns de nós estão menos informados, este fundo terá tido uma dotação de 7 200 000 €, de acordo com os dados de que disponho, sendo que, na origem desses 7 200 000 €, 4 700 000 € são de generosidade social e 2 500 000 € são provenientes do ministério que tutela a segurança social, como, aliás, decorre do próprio decreto.

Sendo que, e aqui importa situar a questão, 80% desse valor já foi por aplicado e executado, quero perguntar-lhe qual a sua apreciação, qual a sua

opinião quanto ao decurso da implementação do programa REVITA no seu concelho – embora presidente de junta também era deputado municipal por inerência – e qual sente que foi o impacto social face ao objetivo de minimizar, resolver e ultrapassar danos criados pela tragédia.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Com certeza tudo o que foi chegando de apoios à freguesia, foi sempre bem-vindo e ajudou a população, ainda que, como já referi há pouco, a questão da habitação não tenha ficado concluída. Não sei se vai avançar a segunda fase ou se não avança.

Na questão da área da floresta nada foi feito. Nesta altura, o que mais mexe com as pessoas e do que mais sentem necessidade é de essas áreas não andarem. Não chegou lá nada!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Joaquim Baeta, estamos naturalmente todos a tomar a devida nota sobre o que só pode e tem de ser melhorado, mas permitirá que me centre apenas no objeto da Comissão, que tem que ver com a apreciação do processo de atribuição de apoios a cargo do anterior Governo.

Voltando, então, à questão que é objeto central desta Comissão, sem prejuízo de ficarmos, naturalmente, atentos a um conjunto de justas recomendações, gostaria de colocar-lhe uma outra questão.

Do seu conhecimento pessoal, ou da própria junta de freguesia, ou por via de qualquer queixa apresentada, algum processo lhe causou ou suscitou qualquer tipo de dúvidas em termos de regularidade? Ou, ainda, pode indicar algum processo e objetivar de forma ilustrada algum exemplo concreto de

desigual tratamento ou de tratamento preferencial, em termos comparativos, quanto a situações que careciam de apoio?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Joaquim Baeta, pode responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Referindo-me ao período em que estive na junta de freguesia, até outubro, não tenho nada a que fazer referência, nem me apercebi de situações que tivessem ocorrido.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Portanto, podemos concluir que, em matéria de regularidade ou de tratamento dual ou desigual, enquanto foi responsável, não teve conhecimento pessoal nem institucional de que situações dessa natureza possam ter ocorrido.

Uma outra questão: qual foi o envolvimento da junta de freguesia, naturalmente em articulação com outras entidades, naquilo que teve que ver com a atribuição e entrega de apoios? Mesmo em apoios não propriamente de apoio à construção, mas de outro tipo, de que as populações mais precisaram, como géneros alimentares, roupas, etc., houve alguma participação, ainda que articulada, da junta de freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Houve, sim senhor.

Certamente que os senhores têm conhecimento e já alguém que passou por cá o deve ter dito: os primeiros dias foram uma corrida no tempo. Ninguém estava preparado – quando digo «ninguém», refiro-me a nível local – para aquela ocorrência. Ninguém tinha noção propriamente do que tinha acontecido. Naqueles dias seguintes – falo por mim –, fomos nos deparando com os problemas que nos apareciam.

Isto começou logo no domingo, no dia 18, ao fim do dia. Pensámos: «Temos de fazer alguma coisa, porque há pessoas que ficaram sem casa». Ficaram com a roupa que tinham no corpo, como se costuma dizer. Então, começou a haver contactos logo de muitas pessoas fora do concelho, que nos iam contactando na disponibilidade de oferecer géneros alimentares, roupas e assim sucessivamente.

Nós, na freguesia, durante uma semana – ou mais de uma semana –, ainda tivemos distribuição de produtos alimentares, que chegaram sempre através de uma associação local que havia, uma associação de melhoramentos. Centralizou-se tudo ali e era a partir dali que era feita a distribuição, com o apoio, nos primeiros dias, de viaturas e de funcionários da câmara municipal, uma vez que a junta de freguesia tem dois funcionários, ou, por outra, tem só um, porque o outro está lá colocado pelo município. Tivemos também o apoio de voluntários nos primeiros dias, mas depois tiveram de ir aos seus trabalhos. Posso dizer-lhe que – era isso que me competia fazer –, ao longo de duas semanas, não meti a chave no escritório do meu trabalho. Dia e noite, estive ali!

É de louvar e de agradecer todo o apoio que tivemos a nível do País, porque as coisas foram-nos chegando e iam-nos chegando sem nós sabermos, às vezes, de onde, porque as pessoas vinham incógnitas. Chegavam ali, entregavam e nós dizíamos: «Mas dê cá a sua identificação, para sabermos». E elas respondiam: «Distribuem isso a quem devem». O mesmo na questão das roupas, que também nos chegaram...

Depois, passado uma semana e pouco, toda aquela situação foi transferida, com o acordo que houve com o município. Passou tudo, em termos de alimentação, para a Santa Casa da Misericórdia. As roupas foram transferidas para o município, mantendo-se na freguesia ainda hoje – tive o cuidado de perguntar – um grupo de senhoras que vai mantendo a distribuição de alguma roupa. Mantêm o espaço aberto ao domingo, mas a

roupa já é pouca e são tamanhos já pouco utilizados. Mas foi assim que funcionou na freguesia.

Se me é permitido, para terminar, acho que é importante ainda esclarecer – porque, normalmente, toca muita gente quando se fala em dinheiro – que, pela Junta de Freguesia da Graça, não passou nem um tostão. Não houve contas solidárias, não houve nada, não foi aberta coisa nenhuma. Não recebemos nem um tostão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra, para concluir.

O Sr. João Gouveia (PS): — Sr. Presidente, duas últimas, telegráficas questões, até porque, eventualmente, concretizar-se-á a realização de uma segunda ronda.

A penúltima questão, Sr. Joaquim Baeta, é a seguinte: as casas danificadas ou destruídas pelo incêndio na Freguesia da Graça, cuja junta presidia, foram todas reconstruídas, ou há ainda algum caso por resolver?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Joaquim Coelho Baeta Graça: — Já agora, agradeço que esclareça a que tipo de habitação se refere.

O Sr. João Gouveia (PS): — Estava a referir-me, em concreto, às casas de primeira habitação. Mas, se quiser especializar na resposta que as de primeira habitação, porventura, já estão todas e as de segunda habitação, porventura, ainda não, enfim. É, digamos, o rigor a falar por si.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Creio já ter dito há pouco que não tinha a certeza absoluta, mas que pensava que se encontravam completamente reconstruídas. Mas sem dar certeza absoluta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para um último esclarecimento.

O Sr. **João Gouveia (PS)**: — Gostaria de saber qual é a sua apreciação, como presidente de junta e também, por inerência, como autarca municipal, sobre uma outra questão.

Embora todos tenhamos consciência de que não há programas de apoio perfeitos, que respondam 100% aos seus objetivos, pergunto qual é a sua apreciação, enquanto autarca municipal, sobre os seguintes factos, que são dados publicamente conhecidos, até pelo Centro 2020: foram realizados 3 milhões de euros na recuperação de equipamentos públicos – estou a referir-me a estradas municipais, a edificações, a equipamentos municipais de lazer e de turismo, a investimento imobiliário –, sendo que, desses cerca de 3 milhões de euros, 85% foram pagos por fundos comunitários e 15% pelo Fundo de Emergência Municipal, portanto financiados a 100%. Por outro lado, na reposição da atividade empresarial, foram realizados 2 milhões de euros, sendo que 80%, sensivelmente 1 milhão e 600 mil, o foram por fundos comunitários.

Qual é, apesar de tudo, sabendo todos nós que o ótimo é inimigo do bom, a sua apreciação sobre estes resultados?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Obtive agora o esclarecimento que não tinha, quando me referi a estas seis empresas que

tenham sofrido danos. Supostamente, grande parte foi canalizada para estas empresas, o que foi ótimo, porque estão todas a trabalhar e têm os seus funcionários. Creio até haver uma que, nesta altura, tem alguma dificuldade em recrutar mão-de-obra.

Com certeza que a reconstrução da parte do município, de tudo o que pertencia ao município, é importante, tanto a nível de caminhos como de outro tipo de danos. Tinham de ser executados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ainda deseja usar da palavra?

O Sr. **João Gouveia** (PS): — É só para deixar uma nota final, na presunção de que possa não ocorrer segunda ronda.

É apenas para agradecer a postura colaboradora e clarificadora, sem surpresa de qualquer tipo, e para reafirmar que o Grupo Parlamentar do PS continuará sempre a ter disponibilidade para continuar a colaborar de forma responsável e solidária.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o conjunto alargado de questões colocadas pelos vários grupos parlamentares dispensa a existência de segunda ronda. Não obstante, há uma inscrição do Sr. Deputado Relator, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, que, no uso dos 2 minutos que lhe são conferidos, pretende introduzir uma ou várias questões ao nosso depoente.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, gostava de colocar, concretamente, três questões sobre matérias que já foram abordadas ao longo desta audição, mas que servem para precisar algumas opiniões já expressas.

Tendo em conta a sua qualidade de ex-Presidente de junta, tendo em conta o seu conhecimento do território, tendo em conta, também, a sua condição de detentor de uma exploração agrícola, ainda que de cariz familiar, e tendo em conta o tempo já decorrido, as três questões são estas: em primeiro lugar, o Fundo REVITA, como sabe, foi criado tendo em vista a recolha de donativos em dinheiro, em espécie, provenientes quer de organismos, quer de pessoas nacionais ou internacionais, a que acresce, também, um financiamento do Estado.

Pergunto, objetivamente: esta foi, do seu ponto de vista, uma boa execução para acudir à necessidade de reconstrução das habitações?

Em segundo lugar, até ao presente ao momento, todos os depoentes que se pronunciaram sobre o regime simplificado de apoio à reposição da capacidade produtiva foram unânimes em dizer que a quantia de 5000 € era insuficiente.

Pergunto-lhe: na sua opinião, qual seria o valor máximo mais ajustado deste regime simplificado? Seria 6000 €, 7000 €, 8000 €, 9000 €, 10 000 €? Qual é, na sua opinião, tendo em conta o seu conhecimento, se nos puder ajudar, o valor que pudesse ser mais ajustado?

Em terceiro lugar, por último, as segundas habitações: na opinião do Sr. Presidente, deveriam ser reconstruídas, apoiadas, e essa reconstrução deveria ser a 100%? É que não podemos olhar para as segundas habitações naqueles territórios da mesma forma que olhamos para elas no litoral, ou seja, a segunda habitação tem uma importância económica e social para aquele território, pois não é a mesma coisa do que qualquer segunda habitação no litoral do País.

No entanto, o apoio à reconstrução destas segundas habitações foi colocado nas mãos das autarquias. Pergunto: acha bem? Acha que deveria ser a Administração Central, ou acha que a solução de pôr o apoio nas mãos das autarquias foi também ela ajustada?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra.

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Em relação à primeira questão, se a entendi corretamente, para mim, tinha de passar por alguém, por algum organismo. Neste caso, foi o REVITA. Se funcionou corretamente ou não, não sei avaliar, mas é evidente que, para mim, era preferível que fosse assim do que centralizado.

Em relação à questão dos valores para a recuperação agrícola, não posso falar em valor nenhum. Porquê? É que, na minha freguesia, penso que haverá cerca de 650 habitantes – desculpem-me o parêntesis, nos anos 80 éramos cerca de 1700 – e cada caso é um caso. Tenho a certeza absoluta de que, para a maioria deles, os 5000 € não chegaram. Porquê? É que houve muitos que, para além das perdas das alfaias agrícolas, também perderam alguns barracões de horta, de arrumos, etc. Ficaram sem eles e tiveram de esticar o dinheiro que receberam.

Portanto, cada caso é um caso! Para muitos, os 5000 € foram suficientes; para outros, o dobro não chegava e, se calhar, para outros, o triplo muito menos. Cada caso é um caso!

Quanto às segundas habitações, mantenho aquilo que disse já várias vezes. As segundas habitações, verdadeiras, para mim, seriam para reconstruir. É muito mau que isso não aconteça, porque tira-nos muita população. Por exemplo, posso garantir-lhe que a população da nossa freguesia talvez duplique no período do Natal e da Páscoa e triplique no mês de agosto. É preciso segundas habitações para acolher estas pessoas, que são emigrantes. Mais uma vez, volto a dizer que são pessoas que estão em Lisboa, em Coimbra, no seu trabalho, mas que regressam.

Portanto, é muito importante que se consiga fazer alguma coisa das segundas habitações.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente. A pergunta tinha a ver com o facto de esta responsabilidade pelo apoio à reconstrução ter sido, por força da Lei do Orçamento do Estado – que não referi, mas refiro agora –, transferida para as autarquias locais.

Tendo em conta essa condição, acha que essa responsabilidade devia ter sido assumida pelo Estado, pela Administração Central, ou, na sua opinião, a solução de reencaminhar para as autarquias, para as câmaras municipais, foi a mais ajustada?

O Sr. **Joaquim Coelho Baeta Graça**: — Na minha opinião, não devia ter ido para as autarquias. É a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Joaquim Baeta Graça.

Agradeço o seu depoimento, porque temos consciência de que vir aqui depor obriga a reviver e a relembrar momentos muito complicados. Agradecemos muito a sua disponibilidade e a sua vontade em auxiliar os trabalhos desta Comissão. Repetindo um pouco o que lhe disse quando fui recebê-lo, temos especial apreço pelos eleitos locais e hoje ficou muito clara a importância de um eleito local, que conhece a sua gente, conhece o terreno e conhece os problemas.

Muito obrigado, mais uma vez, e um bom regresso a casa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, retomaremos na terça-feira os nossos trabalhos, que serão intensos.

Eram 18 horas e 57 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.